

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 14 de abril de 2000

Ano 2 Nº 22

CPI tem diagnóstico do narcotráfico em Joinville

A CPI do Narcotráfico tem hoje um diagnóstico completo da situação em Joinville e isto não quer dizer que o município seja o maior pólo de distribuição das drogas, mas que lá as investigações estão mais adiantadas. A afirmação é do deputado João Henrique Blasi (PMDB), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura o narcotráfico e o crime organizado no Estado.

Durante esta semana os deputados ouviram em sessão secreta o investigador da Polícia Civil Gustavo Griesang, preso há uma semana em Joinville; o extracantante Josias Buono e o filho Rogério da Silva Buono. Já o suposto traficante, Ismael Buono, se negou a prestar informações, afirmando que só o fará em juízo.

Após a série de depoimentos, as informações foram transmitidas a uma Força Tarefa, composta por representantes das polícias Federal, Civil e Militar, Ministério Público e Receita Federal, que aprofundarão as investigações.



Danilo Freitas

Pelas rodovias – Para o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Danilo Freitas, ouvido ontem na CPI, as rodovias federais no Estado se constituem num corredor para o tráfico de drogas e a



Depoimento do policial civil Gustavo Griesang

PRF não está aparelhada para fiscalizar toda sua extensão. São apenas 400 homens para fiscalizar 2.500 km de estradas.

Freitas apresentou relatório das ações nos últimos três anos, revelando que em 99 foram apreendidos 20 kg de cocaína, 89 kg de maconha, 37 armas de fogo e 103 unidades de munição. Nos três primeiros meses deste ano a polícia apreendeu 18 gramas de cocaína, 700 kg de maconha e 8 armas de fogo.

Inquirido pelo deputado Adelor Vieira (PFL), relator da comissão, Danilo citou três pontos principais: dois na rodovia BR-101, nas proximidades de Joinville e Palhoça e um no Extremo Oeste do Estado, perto de Chapecó, na BR-282. Neste trecho estaria concentrado o maior número de assaltos a ônibus e roubos de cargas.

Respondendo ao deputado Jaime

Duarte (PPS) a respeito das rotas, o superintendente destacou o trecho entre Garuva e Florianópolis na BR-101, no verão, e toda a extensão da BR-282, mesmo fora da temporada.

Próximos depoimentos - Na próxima segunda-feira, em reunião reservada, a CPI vai ouvir o vereador Nilo Froza (PMDB), preso em Concórdia por receptação de cargas.

A comissão aprovou requerimento do relator solicitando que sejam ouvidos a investigadora policial Edilamar Corrêa, detida na 4ª DP de Joinville, e Jurandir Barbosa, que possui informações sobre seqüestro de criança e tráfico de drogas.

**Ranzolin contra
salário mínimo
regional**

Página 6

**Ministro libera
verba para Sul do
Estado**

Página 4

**Sché propõe
unificação das
polícias**

Página 8

OPINIÃO

Unificação ou polícia única?



Convicto que o cidadão é mais feliz e esperançoso antes de ser vitimado por qualquer ação delituosa, e com uma carreira profissional sempre dedicada à Segurança Pública, tenho feito deste tema preocupação constante de minha atuação parlamentar.

Com o objetivo de iniciar o debate enfatizando a prevenção, organizamos, nesta Assembléia Legislativa, em janeiro, o *I Encontro Nacional de Militares Parlamentares*. Profissionais em segurança pública oriundos das Polícias Militares dos mais variados estados opinaram sobre efeitos causados pelo sistema atual que, ao contemplar a existência de duas polícias, sobrecarrega os orçamentos, burocratiza os procedimentos e torna os resultados menos perceptíveis pela sociedade.

O momento exige a racionalização de gastos, para que o Poder Público possa atender objetivos básicos como a saúde, educação, moradia, além da segurança e da ordem pública. Tornou-se inadiável a necessidade dos próprios integrantes das corporações policiais oferecerem à sociedade proposta praticável que efetivamente produza resultados com custos inferiores. É equação complicada para quem assim quiser. Simples para quem cultivar a praticidade.

Por isso, quando se fala em na simples unificação das polícias civil e militar, entendemos que esta é alternativa pouco prática, pois a nova instituição traria, na origem, vícios e defeitos hoje detectados e criticados nas já existentes. O adequado, a meu ver, é a criação de uma nova polícia,

fundamentada em critérios absolutos de profissionalização constante, equipada e tecnológica, que, além de atender à satisfação pessoal dos seus integrantes, certamente fará a diferença entre o presente e o futuro.

Nesta, a admissão se faria através de concurso público que possibilite a mudança da carreira, podendo se inscrever somente policiais civis e militares que atendam todos os critérios de conduta ilibada e bom desempenho profissional, entre outros.

A diferença entre a unificação e a criação da polícia única começa justamente no ato de adesão voluntária ao concurso. Cria-se uma nova instituição, mas sem imposições e ranços das antigas estruturas. Sem diferenças que a simples unificação suscitaria – como dúvidas hierárquicas, sobre quem mandaria em quem.

Os recursos para o financiamento da nova estrutura, inclusive para o pagamento do piso nacional de salário dos policiais (de dez salários mínimos), advirão do fundo nacional da segurança pública, proposta que deverá tramitar no Congresso Nacional e contempla, também, as criações de conselhos de segurança pública, nos níveis federal, estadual e municipal, com atribuições de definir políticas de segurança pública, forma de controle das instituições e da verificação de eficiência.

Nesta quinta-feira (13.4), estarei em Brasília, expondo essas idéias em encontro nacional das entidades representativas dos policiais e bombeiros militares. Entendo que somente o debate sobre tema tão envolvente irá conduzir ao efetivo caminho da modernização e do cumprimento formal dos nossos compromissos parlamentares. Exatamente por isso é que fomos eleitos com este desiderato principal. É o nosso primeiro desafio.

Deputado Jaime Mantelli (PDT)

O PPS e as eleições municipais de 2000



O congresso estadual do PPS realizado no último fim de semana, em Florianópolis, no qual tive a honra de ser reconduzido à presidência do partido, estabeleceu balizamentos políticos para as eleições municipais de outubro de 2000. Aprovado por maioria dos 480 participantes, o PPS deliberou por realizar coligações do centro para a esquerda.

Qualquer aliança fora deste arco deverá ter autorização da direção estadual, sem que isso represente uma camisa de força. Faremos alianças para o PPS avançar e para governar, respeitando a autonomia partidária municipal.

Há que se ter a consciência de que a luta contra o neoliberalismo e os equívocos da política do atual governo passam pelas eleições municipais. Elas, entre outros aspectos, são estratégicas para fortalecer o partido como agente de ação política em todo o Brasil.

Desde março de 1999, o presidente nacional do partido, senador Roberto Freire vem percorrendo os estados, apelando a todas as forças de oposição democrática a celebrarem o Diálogo Nacional, movimento capaz de formular um projeto de centro-esquerda para o País escolher, por intermédio de prévias em 2001, um nome para liderá-lo.

O PPS apresenta, como alternativa a este processo, o nome do companheiro Ciro Gomes. Ele constitui, ao mesmo tempo, a continuidade do avanço democrático conquistado nos últimos 15 anos pela sociedade e a ruptura com as políticas públicas equivocadas do atual governo, que aprofundam a crise ao não recorrer às possibilidades disponíveis nos cenários nacional e mundial visando à retomada do desenvolvimento.

Também importante dentro da pauta eleitoral para 2000 está a tese do Poder Local. Discutida amplamente pelos congressistas, o documento defende um novo municipalismo centrado na promoção do bem estar social, com debate e resolução dos problemas mais graves, como a pobreza, o desemprego e a exclusão social.

Eis alguns dos objetivos: organizar a nova base econômica; ampliar e melhorar a infra-estrutura e os serviços básicos urbanos; melhorar a qualidade de vida no espaço local; promover a integração social e assegurar a governabilidade combinando democracia representativa com a participação popular.

Além de constituir o primeiro diretório estadual, o congresso do PPS aprovou, ainda, outras propostas, tais como, a defesa pela escolarização obrigatória em tempo integral e até aos 16 anos e a prioridade, dentro dos municípios, para programas de monitoramento da qualidade da água e consumo doméstico.

Deputado Jaime Duarte (PPS)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Edição e Diagramação: Soraia Boabaid
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Maria do Carmo Kravchychyn, Solon Soares e Alberto Neves
Distribuição: João Batista Ramos e setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021

ESPECIAL

Knaesel leva Secretária da Educação ao Parlasul

Nesta quinta-feira, com a presença do governador do Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, o presidente da Assembléia e atual presidente do Parlasul – Parlamento do Sul, deputado Gilmar Knaesel (PPB), se reuniu em Campo Grande com os presidentes dos legislativos e deputados daquele estado, do Rio Grande do Sul e do Paraná, que juntamente com Santa Catarina formam o Parlasul.

As discussões enfocaram temas como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a unificação do calendário escolar entre os estados do sul e o reforço do apoio já declarado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná à inclusão do Mato Grosso do Sul no BRDE- Banco Regional de Desenvolvimento Econômico. Na última reunião do Parlasul, realizada em Florianópolis em fevereiro, os líderes das assembleias dos três estados assinaram uma moção de apoio ao MS nesta questão, que os sul-matogrossenses tentam resolver desde 1992.

Acompanhando Knaesel, a secretária adjunta de Estado da Educação, Simone Schramm, convidada pela presidência do



(foto Solon Soares)

Presidente do Parlasul defende inclusão do MS no BRDE

Parlasul, participou das discussões sobre a unificação dos calendários escolares dos estados integrantes do parlamento. Simone e o Secretário de Estado da Educação do Mato Grosso do Sul, Pedro César Kemp, apresentaram várias alternativas sobre a questão, já que os estados do sul buscam um melhor aproveitamento turístico e econômico da temporada de férias, sincronizando o início e o final deste período.

Para Gilmar o Parlasul traz um grande fortalecimento aos estados-membros, tanto na participação em questões nacionais quanto na ampliação de fronteiras políticas e econômicas. “Neste momento em que se discute a necessidade de um pacto federativo e o fim da guerra fiscal que acirra a disputa entre as unidades federativas, o Parlasul propõe o desenvolvimento através da cooperação”.

500 ANOS DE RESISTÊNCIA

Ao lado das comemorações oficiais dos 500 anos do descobrimento, que terão início no dia 27 com sessão solene, a Assembléia Legislativa promove sessão especial por solicitação do deputado Pedro Uczai (PT) cujo objetivo, segundo ele, é o de resgatar a “verdadeira história do povo brasileiro”.

Para o deputado, tudo se passa como se nossa história tivesse começado em 1500 e as celebrações oficiais prosseguem repetindo as mesmas mentiras históricas, tentando perpetuar a versão de que o que importa são os seus feitos nos últimos 500 anos.

A iniciativa demonstra mais uma vez o caráter democrático do Poder Legislativo que engloba diversos enfoques políticos e ideológicos e o presidente Gilmar Knaesel afirma que nas comemorações dos 500 anos, tanto cabem as atividades dos que reafirmam



Deputado Pedro Uczai

suas bandeiras de luta, como daqueles que querem festejar a data histórica da aventura portuguesa que deu origem a nosso país.

A sessão especial será voltada principalmente à lembrança da resistência das populações indígenas e negras diante da opressão do colonizador europeu durante vários períodos da história, chegando até nossos dias, quando se referirá ao assassinato do índio Galdino Pataxo, queimado vivo por adolescentes na capital federal.

A atividade acontecerá segunda-feira, das 14 as 16 horas no Plenário da Assembléia e terá como tema básico os “500 anos de resistência indígena, negra e popular” e reunirá, lideranças, grupos de atuação, professores de história, sociólogos e organizações não governamentais. Para o deputado Pedro Uczai “resistimos por 500 anos e continuaremos lutando contra a fome, o desemprego, a miséria, a exclusão e também contra as mentiras oficiais”.

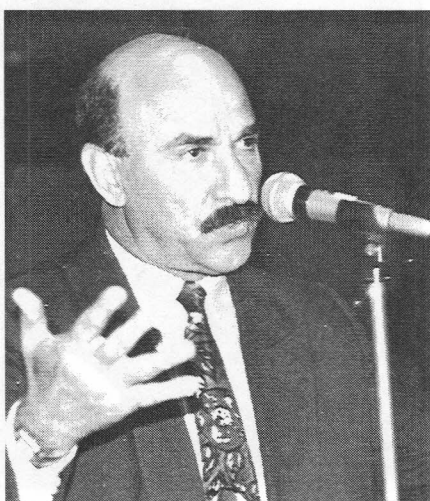
COMISSÕES

Ministro vai liberar verbas para municípios do sul do Estado

O deputado Manoel Mota (PMDB) voltou satisfeito da viagem que fez a Brasília na quinta-feira passada (06), onde manteve audiência com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. "O ministro garantiu que até maio vai repassar cerca de R\$ 4 milhões aos 36 municípios atingidos pelas cheias de fevereiro e março no Vale do Rio Araranguá. Com certeza esse valor vai amenizar e muito os prejuízos da população e as prefeituras poderão recuperar áreas atingidas".

Acompanhado de prefeitos e parlamentares federais do Fórum Parlamentar Catarinense, Mota foi recebido pelo ministro e a comitiva repassou informações sobre os prejuízos, reivindicando liberação imediata dos recursos.

O repasse vai depender agora dos



Deputado Manoel Mota

municípios, que precisam apresentar, o quanto antes, um plano de trabalho e o destino das verbas. A expectativa é de

que até o início de maio todos tenham recebido a sua parcela. Araranguá e Morro Grande receberão o maior volume de recursos, aproximadamente R\$ 250 mil cada.

Outras reivindicações – O parlamentar está requerendo à Mesa Diretora a constituição de uma Comissão Parlamentar Especial para tratar das enchentes. Ao Secretário dos Transportes está pedindo o recapeamento da rodovia SC-448, entre Meleiro e Forquilha, danificada com as enchentes.

Ao Secretário da Agricultura está reivindicando a dragagem do rio Manoel Alves, em Meleiro e Morro Grande, ampliando as margens do mesmo para evitar que se repitam os danos causados pelas recentes cheias, de prejuízos incalculáveis para a população local.

Comissão de Agricultura recebe visita de Zonta

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), recebeu a visita do secretário Odacir Zonta, na última quinta-feira. "Ele veio explicar os programas e as prioridades do setor para este ano".

Os integrantes da comissão pediram maiores incentivos para perfuração de poços nas regiões sul e oeste, maior

distribuição de calcário e apoio à revogação do decreto governamental nº 1.010, que dispõe sobre os valores cobrados pela Fatma às atividades agropecuárias. "Os valores estão muito acima do que pode pagar o nosso agricultor", reclama Sopelsa.

Das ações que o governo do Estado, através da secretaria, pretende desenvol-



Secretário Zonta e presidente Sopelsa

ver em 2000, estão o incentivo à produção de milho, os programas de reflorestamento e o programa das microbacias. Sopelsa considerou positiva as argumentações do secretário e destacou os investimentos que serão feitos no setor agrícola. "Poderemos, daqui para frente, trabalhar em conjunto, apresentando idéias e cobrando ações", justifica.

Fiscalização ambiental – A comissão apresentou moção a ser enviada ao Presidente da República e à bancada catarinense no Congresso, pedindo a revisão da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que instituiu a Taxa de Fiscalização Ambiental (TFA), a ser cobrada pelo Ibama das pessoas físicas ou jurídicas que exercem atividades consideradas poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais. De acordo com a lei o valor da TFA é de R\$ 3 mil, sendo previsto um desconto de 50% para empresas de pequeno porte, 90% para microempresas e 95% para pessoas físicas.

Segundo os parlamentares, no Estado há equívocos de lançamentos dessa cobrança e não existe um cadastro técnico de atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, necessário para a sua execução. Os participantes da atividade produtiva do Estado que foram notificados a pagar a TFA não estão em condições de arcar com mais essa despesa, o que resultará em demasiada inadimplência, sendo urgente a adoção de providências para não onerar com mais esse tributo a classe produtora.

PLENÁRIO

Problemas nos empréstimos com o BESC

Descumprimento de cláusulas contratuais de empréstimos contraídos por clientes do BESC, ora federalizado, entre os quais muitos agricultores, micro e pequenos empresários levou o deputado Jaime Mantelli (PDT) a solicitar ao Governador para que interceda junto à direção do banco e, se for o caso, junto à direção do Banco Central, para que sejam adotadas medidas para solucionar estes impasses. Segundo Mantelli, com a paralisação das atividades de departamentos do BESC, por decisões administrativas, os clientes que têm buscado fazer acordos para sanar pendências não obtém resposta da instituição desde o ano passado.

Dívidas rurais - Nelson Goetten (PPB) teve mensagem aprovada a ser enviada ao

Ministro da Agricultura e várias autoridades ligadas a área, solicitando esclarecimentos sobre a Resolução 2.471, de 26.02.98, do Banco Central, que objetiva regulamentar e ajustar formas para a renegociação das dívidas rurais, com o objetivo de permitir que os agricultores paguem suas dívidas. Lembra que o Banco do Brasil oportuniza aos produtores rurais a renegociação de suas dívidas, dentro do que estabelece a resolução do Bacen, mas reclama que o BESC está dificultando renegociação com os agricultores, exigindo deles o pagamento antecipado dos valores vencidos somente após efetivar o acordo. Considera o procedimento do BESC contraproducente e acha que o banco deveria seguir a norma aplicada pelo Banco do Brasil.

Hospital público para o Extremo Oeste

Para atender a população dos municípios limítrofes do Paraná e Rio Grande do Sul, além de residentes na Argentina e no Paraguai que atualmente vão buscar socorro médico, odontológico, hospitalar e preventivo em território catarinense, o deputado Gelson Sorgato (PMDB) enviou correspondência ao Ministro da Saúde solicitando a construção de um hospital público no extremo oeste do Estado.

Sorgato diz que a situação enfrentada por aqueles que precisam de atendimento tende a gerar transtornos para as administrações municipais, já que existem sérias dificuldades para o Hospital Regional de Chapecó atender a todas as pessoas que o pro-

curam, porque nem sempre há vagas para internações. Ele lembra ao ministro que no 1º Encontro Nacional "Saúde no Mercosul", realizado pelo Ministério da Saúde em 20 de março passado, foram discutidas questões que visam a uniformização dos atendimentos nas fronteiras do Mercosul, garantindo que a população em geral e turistas devam ter atendimento médico, odontológico e preventivo gratuito e mais humanizado.

Explica também, que por sua relevância, o assunto já foi discutido em assembléia pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste, com o intuito de serem adotadas ações para melhoria dos serviços de saúde na região.

AL aprecia três vetos

Os deputados votaram mais três dos vetos constantes da ordem do dia. Dois outros foram retirados por solicitação dos deputados Jorginho Melo (PSDB) e Nilson Gonçalves da Silva (PFL), autores de projetos vetados pelo governador Esperidião Amin. Os demais não foram analisados por falta de quórum regimental. Dos três votados, dois foram rejeitados e um mantido.

Os vetos rejeitados tratam do reconhecimento no Estado como meio de comunicação objetiva e de uso corrente a

Língua Brasileira de Sinais (Libras), dispondo sobre sua implantação como língua oficial na rede pública de ensino de surdos, e o que isenta de recolhimento do Fundo de Pensão (Ipesc) o servidor inativo do Estado que não possuir dependentes.

Para a revolta da deputada Ideli Salvati (PT) foi mantido o veto ao projeto que daria direito à mulher requerer o teste sorológico Anti-HIV dos prestadores de serviços do SUS, como exame complementar do pré-natal.

Devolução de taxas de inscrições

Está tramitando na Assembléia Legislativa projeto de lei, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL), que estabelece a obrigatoriedade de devolução da taxa de inscrição em concurso público àqueles candidatos aprovados e não admitidos até o término do prazo estipulado para a validade do respectivo concurso.

A matéria alcança concursos realizados no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A devolução da taxa será feita no prazo máximo de 15 dias, no

caso de cancelamento a devolução será imediata ou no máximo em 10 dias.

"Normalmente o prazo de validade destes concursos é de dois anos, período em que o aprovado fica no aguardo de ser chamado. Geralmente aquele lapso de tempo flui sem que ocorra o aproveitamento do candidato, frustrando assim as esperanças e restando somente o prejuízo decorrente do pagamento, uma vez que a taxa de inscrição é normalmente elevada", explicou o parlamentar.

Tarifas abusivas cobradas pela Casan

Atento às inúmeras reclamações por parte dos usuários de São Carlos e Águas de Chapecó, de que a Casan está cometendo equívocos nos valores das tarifas referentes ao consumo de água, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) encaminhou indicação à direção da empresa para que providencie medidas contra a cobrança indevida. Herneus garante que muitos moradores dessas localidades estão indignados com os valores cobrados.

Imóveis - Nadal indaga ao Governador sobre a compra de

imóveis feita pela Casan. Quer saber se a empresa adquiriu imóveis no período de 03 de janeiro de 1999 a 15 de fevereiro de 2000, com detalhamento de área, localização e município, qual a destinação de cada imóvel, bem como a previsão de início e término das obras. Quer, ainda, a cópia das propostas, dos pareceres técnicos, dos contratos de compra e venda ou das escrituras públicas, dos pareceres da comissão de avaliação e dos comprovantes de pagamento de cada imóvel.

PLENÁRIO

União comete inconstitucionalidade

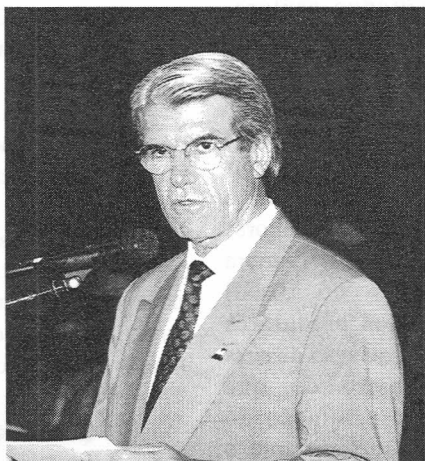
A Constituição prevê que o salário-mínimo, unificado, tem de ser suficiente para garantir a subsistência da família brasileira

O líder do PPB, deputado Ivan Ranzolin, alertou que é inconstitucional a medida adotada pelo governo da União no sentido de permitir que cada estado fixe o próprio salário-mínimo. Ranzolin afirmou que a Constituição Federal, artigo 70, inciso 4º, estabelece que o salário-mínimo tem de ser o mesmo em todo o país, ou seja, com seu valor unificado.

Para ele, com essa atitude, o governo federal está simplesmente empurrando para os estados uma obrigação que a ele compete. "Ao invés de tentar transferir essa responsabilidade aos estados, o governo deveria cumprir na íntegra o que estabelece o artigo 70. A Constituição prevê que o salário-mínimo, unificado, tem de ser suficiente para garantir a subsistência da família brasileira. E não é com esses irrisórios R\$ 150,00 que ele vai conseguir isso".

O líder do PPB criticou ainda o "tabu" existente de que qualquer aumento do salário-mínimo, mais substancial, acabaria abalando as contas da Previdência Social.

"Nada que facilite a distribuição da



(foto Giuncarlo Bortoluzzi)

Deputado Ivan Ranzolin

renda nacional pode ser considerado ruim. Esse argumento é uma bobagem. Pelo contrário, o que vemos nos países mais desenvolvidos é que o salário-mínimo local sendo realmente consistente proporciona uma economia interna forte. Quanto maior a renda pessoal, certamente maior é a economia interna. E se não for assim, nenhum país pode realmente se desenvolver", concluiu.

Consulta sobre dívida agrícola

O deputado Neodi Saretta (PT) obteve aprovação de mensagem a ser enviada ao Ministro da Agricultura, ao Secretário Nacional da Agricultura Familiar e ao Secretário Estadual da Agricultura, atendendo solicitação dos agricultores de Abdon Batista que estão preocupados por não poderem pagar a primeira parcela do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a vencer no dia 20 de abril. Os agricultores, cerca de 400 famílias, tiveram sérias perdas na produção agrícola com as intempéries ocorridas em 1999 e início deste ano, indagando ao governo qual o melhor procedimento para solucionar o problema.

Amortização - Herneus de Nadal (PMDB) está solicitando ao Governador e ao Secretário da Agricultura medidas para expandir, até 20 anos, o prazo da amortização dos financiamentos

contratados pelos agricultores catarinenses através do "Programa Fundo de Terras". Nadal entende que dessa forma esses financiamentos estarão sendo equiparados aos moldes dos concedidos aos mutuários do Banco da Terra. Diz que esse procedimento vai proporcionar maior segurança e facilidade para os mutuários do Fundo da Terra efetuarem seus pagamentos.

Recursos - Pedro Uczai (PT) encaminhou pedido de informação ao Governador do Estado indagando sobre o valor total dos recursos financeiros do Fundo de Terra e da Reforma Agrária (Banco da Terra) disponível no Estado; quais os beneficiados com financiamentos e seus respectivos municípios, o valor recebido por cada beneficiado e o tamanho da área adquirida.

Imposto de renda

Exclusão da tributação do imposto de renda sobre a gratificação natalina e o abono de férias de todos os trabalhadores está sendo pleiteada pelo deputado Nilson Gonçalves (PFL). O parlamentar está solicitando ao governo federal a edição de uma medida provisória para alterar a legislação do imposto de renda.

De acordo com o parlamentar, "trata-se de uma iniciativa de grande alcance social e de justiça para com milhões de brasileiros. Estas verbas são um ganho extra para os trabalhadores e, na maioria das vezes, serve para o pagamento de dívidas ou mesmo de complemento para o minguado e sofrido orçamento doméstico".

Multas de trânsito e isenção de pedágio

O deputado Altair Guidi (PPB) fez indicação ao Governador solicitando que o mesmo envie à Assembléia um projeto de lei autorizando o parcelamento de débitos de multas de trânsito. Guidi foi autor de projeto sobre esse assunto, aprovado pelo plenário, e vetado pelo Governador por se tratar de matéria financeira, de estrita competência do Executivo.

Já o deputado Rogério Mendonça (PMDB) enviou telegramas ao Presidente da República e à bancada catarinense no Congresso Nacional, pedindo medidas urgentes para amenizar as inúmeras pendências financeiras e legais dos motoristas multados por excesso de velocidade, bem como a redução do valor das multas. Ele explica que a maioria dos multados tem a intenção de fazer os pagamentos, mas são impedidos devido aos valores exorbitantes das multas, que tornam inviável a quitação das mesmas.

Isenção de pedágio - Por sua vez o deputado Jaime Mantelli (PDT) solicitou ao Governador a isenção do pagamento de pedágio a veículos devidamente cadastrados e autorizados pelo Deter, para o transporte de estudantes em viagens de estudos ou para deslocamento diário com destino às escolas, nas rodovias cujo sistema de concessão estiver afeto às deliberações da administração estadual.

Atendimento hospitalar

“Essa disposição contratual deixou todos os funcionários e dependentes portadores de doenças pré-existentes em total abandono”

O deputado Jaime Mantelli (PDT) está defendendo junto ao Governador que viabilize o resgate do atendimento médico e hospitalar de todos os funcionários públicos civis e militares, extensivo a seus dependentes, que eram portadores de doenças quando da implantação do novo sistema, conhecido como PLAM.

Segundo Mantelli, o pleito se reveste de total justiça, na medida em que pelo sistema atual só é permitida a cobertura de despesas com doenças surgidas após o período de carência instituído pelo novo plano. “Essa disposição contratual deixou todos os funcionários e dependentes portadores de doenças pré-existentes em total abandono em relação ao plano em vigência, quando o sistema Ipesc foi interrompido de forma abrupta e não permitiu a busca de

solução para essas situações”.

Previdência - O deputado Rogério Mendonça (PMDB) pede ao executivo a suspensão do desconto previdenciário dos servidores públicos inativos do Estado. Lembra que vários aposentados têm impetrado ações judiciais para verem sustados os pagamentos compulsórios da previdência, obtendo decisões favoráveis, mas que isso implica em gastos por parte dos servidores inativos que já estão com a remuneração congelada por vários anos, os quais são obrigados a pagar honorários advocatícios.

Entende o deputado que, com a suspensão dos descontos, os aposentados terão um salário líquido maior. “Com este ato o Poder Executivo estará valorizando a categoria que em muito contribuiu com o desenvolvimento de Santa Catarina”.

Parcelamento de débitos

Deputados de vários partidos apresentaram uma indicação ao Governador do Estado solicitando, em nome da Assembléia, que seja implantado em Santa Catarina o Refis Estadual. O Refis consiste em um regime especial de consolidação e parcelamento de débitos fiscais e previdenciários, no qual todos os débitos da empresa, inclusive os inscritos em dívida ativa, até o mês de outubro de 1999, serão consolidados, podendo o montante ser pago em parcela mensais consoante à lei que o regulamenta.

Em sua justificativa os parlamentares dizem que, a exemplo do Refis federal que está sendo implantado, verificou-se a grande necessidade de ser adotado o mesmo sistema para o Estado, para que se proporcione efetivamente as reais condições aos empresários catarinenses. Segundo eles, “o programa trará benefícios para o Tesouro Estadual, inclusive na captação de recursos e, ao mesmo tempo, vai amenizar as dificuldades enfrentadas pelos proprietários de empresas no Estado”.

Proposições

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) apelou aos representantes catarinenses no Congresso Nacional, para que votem contra a proposta de mudança do Código Florestal Brasileiro em tramitação naquela casa legislativa.

Deputado João Rosa (PTB) **Jaime Duarte** (PPS) ao Presidente da Casan, providências para melhorar a distribuição de água em Araquari, com a perfuração de poços artesanais e a instalação de novos reservatórios de água.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Secretário da Agricultura, a perfuração de poços artesanais nas comunidades de Plataneia, Santo Agostinho e São Marcos, localizadas em Novo Horizonte.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) à Secretária da Educação, solicitando providências no sentido de agilizar a elaboração dos editais e suas publicações, para a realização das obras de ampliação em municípios do sul do Estado.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao Governador do Estado, aos secretários da Agricultura e ao Diretor da Fatma, solicitando medidas em favor do Rio Araranguá e seus afluentes, como o controle de cheias, captação de água, despoluição e o seu aproveitamento em favor da agricultura.

Deputado Neodi Saretta (PT) pedido ao Presidente da Telesc a implantação de linhas telefônicas para a comunidade de Além da Boa Esperança, de Faxinal do Guedes.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao Secretário dos Transportes e Obras, para recapeamento asfáltico da rodovia SC-280, no trecho da Serra Dona Francisca.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao Presidente do Congresso Nacional, solicitando a inclusão do Ensino Especial no projeto de emenda constitucional, que trata da permissão de os recursos dos Salário Educação serem aplicados também na pré-escola e no ensino médio, o que atualmente é restrito ao ensino fundamental.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao Presidente da CASAN, referente ao saneamento básico - abastecimento de água e esgoto - do município de Florianópolis. Ideli quer saber como está o atendimento à população da ilha, praias e continente.

Deputado Jaime Duarte (PPS) aos chefes dos poderes Judiciário e Executivo a cessão do prédio da antiga sede do Fórum da Comarca de Joinville, através de regime de comodato, para a Universidade da Região de Joinville - Univille.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) solicitando ao Governador do Estado que adote providências no sentido de viabilizar a construção de um presídio agrícola na região de Tubarão, para atender a toda a Microrregião da Amurel.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Secretário do Meio Ambiente, solicitando que seja remetido à Assembléia relatório das ações de monitoramento daquela pasta em relação aos recursos hídricos de Santa Catarina a partir de 1º de janeiro de 1999.

Deputado João Rosa (PTB) ao Governador do Estado, para aquisição de terreno, elaboração de projeto e construção de um prédio para abrigar a Delegacia Regional de Polícia de Joinville.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado pleiteia que seja disponibilizado um caminhão de bombeiro para Lebon Régis, onde tem ocorrido muitos incêndios nos últimos cinco anos.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) ao Diretor de Operações da TIM Telesc Celular a instalação de uma torre de comunicação para telefones celulares em Antonio Carlos.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) à Secretária da Educação para a construção de uma escola de primeiro grau no loteamento Estevão de Matos, em Joinville.

GERAL

Heitor Sché apresenta projeto para segurança pública nacional

Heitor Sché (PFL) é o autor de um projeto ousado que transforma Santa Catarina em modelo para a Segurança Pública Nacional. "Uma nova segurança pública para o Brasil a partir de Santa Catarina" foi apresentado nesta semana e encaminhado ao Governador, Ministro da Justiça, e Presidente da República.

A primeira parte do projeto implica em mudanças na Constituição Federal e em âmbito estadual o parlamentar sugere reformas através de projeto de lei. Caso contrário, o parlamentar promete apresentar emendas constitucionais propondo as modificações.

Um dos principais pontos da proposta é a criação de uma polícia estadual que vai atuar exclusivamente na prevenção e combate ao crime organizado. Os demais órgãos, hoje vinculados à Segurança Pública passarão para outros setores, podendo ser terceirizados ou municipalizados. Fazem parte Corpo de Bombeiros, serviços de trânsito,



Sché quer SC como modelo nacional

sistema carcerário, guarda de prédios públicos, seguranças pessoais e assessorias militarizadas.

O efetivo das polícias estaduais será composto pelos atuais integrantes das polícias civil e militar, que serão extintas gradativamente. Sché acrescenta ainda que os policiais passarão a ter remuneração adequada, condizente com a dedicação exclusiva e integral à atividade. As car-

reiras das polícias estaduais serão uniformes em todo o país e terão cinco graus de hierarquia, com salários compatíveis com a função, sendo que a remuneração máxima não excederá a mínima em mais de quatro vezes. Serão instituídas ouvidorias de polícia em todo o país e extintos os tribunais e auditorias militares, pois os policiais acusados de autoria de crimes serão julgados pela Justiça comum.

Para Santa Catarina o parlamentar prega a unificação do comando das polícias civil e militar, assim como a fusão de suas academias, criação de uma autarquia para o Detran, de ouvidorias de polícia desvinculadas da Secretaria de Segurança Pública e de corregedorias, estas sim conjuntas e subordinadas à pasta. Admitindo que a matéria é sensível e polêmica, Sché prega um amplo debate com a sociedade.

Agenda

Dia 17, às 14 horas, Sessão Especial 500 anos de Resistência Negra, Indígena e Popular a requerimento do deputado Pedro Uczai (PT)

Local: Plenário

Dia 17, 14 às 18h, Audiência Pública Política Pesqueira em Santa Catarina, com a presença de autoridades, lideranças, técnicos, pescadores e agroindústrias.

Local: Plenarinho

Dia 17, às 16 horas, CPI do Narcotráfico, com depoimento do vereador de Concórdia, Nilo Frozza (PMDB), preso por receptação de cargas

Local: Plenarinho

Política pesqueira

Os principais problemas que envolvem o setor pesqueiro no Estado estarão em discussão na Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), na próxima segunda-feira, às 14 horas. A audiência pública deverá reunir representantes da pesca artesanal, industrial, dos maricultores e de cooperativas, além da Secretaria da Agricultura que iniciarão a discussão de uma proposta para a política estadual da pesca.

Já em 97 os deputados Pedro Uczai e Volnei Morastoni, ambos do PT, apresentaram projeto sobre o tema. Em 98 o ex-deputado Pedro Bittencourt (PFL) também propôs projeto que tratava da organização do setor.

Para Sopelsa, a intenção da Comissão é a de ouvir todas as partes envolvidas para buscar o consenso de proposta de organização que estabeleça solução integrada para o setor, garantindo rentabilidade para a atividade pesqueira.